

Capítulo 7

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Ocidental

Este capítulo analisa as dinâmicas económicas dos 15 países da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo), entre 1990 e 2015. O forte crescimento económico da região pode ser prejudicado pelo desemprego jovem ao mesmo tempo que a existência de um crescimento endógeno e inclusivo depende do reforço da integração regional. O crescimento da população, da procura regional e de uma classe média emergente representam grandes oportunidades para o desenvolvimento da África Ocidental. Para que estas oportunidades sejam aproveitadas, será necessária a implementação de políticas eficientes e a criação de mais empregos na economia formal.

EM SÍNTESE

No período entre 2000 e 2014, o **crecimento** médio da África Ocidental foi superior a 5%, mas carece de consolidação. O crescimento económico é guiado pela procura - estimulada pelo aumento populacional e pelo surgimento de uma classe média - e depende das matérias-primas e da agricultura, sendo impulsionado pelas grandes economias da região (Nigéria, Côte d'Ivoire, Gana).

Segundo os dados disponíveis (relativos a dez países), as atividades informais representam entre 68% e 90% dos **empregos**. A falta de emprego no setor formal, os fracos níveis de educação e a disparidade entre as competências e os empregos disponíveis contribuem para o desemprego, particularmente na população jovem, para a qual os períodos de desemprego são frequentemente longos. Até 2035, a população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos deverá aumentar 73%, atingindo 117 milhões. A melhoria da capacidade do setor privado é, portanto, essencial para apoiar o crescimento e o emprego.

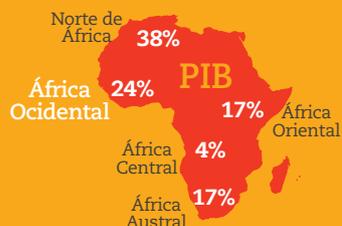
A taxa de **pobreza** decresceu de 55.4%, em 1990, para 43.8%, em 2013. O acesso aos serviços básicos registou uma melhoria: em 2017, 79% da população tinha acesso a água potável, de acordo com os dados disponíveis. Com o crescimento demográfico, porém, o número de pessoas em situação de pobreza aumentou para 144.4 milhões, numa população total de 367.6 milhões. As **desigualdades** também se mantêm elevadas, com um coeficiente de Gini de 0.39 em 2014, registando níveis mais elevado em vários países. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é o mais baixo do continente (0.47). A segurança social é ainda insuficiente e metade dos países da África Ocidental apresenta uma forte desigualdade de género.

O crescimento inclusivo requer **estratégias de desenvolvimento** em três áreas principais. Em primeiro lugar, as interligações entre zonas rurais e urbanas devem ser desenvolvidas através de cidades intermédias, corredores transfronteiriços, cadeias agroalimentares, acesso justo à terra além de políticas redistributivas. Em segundo lugar, os produtos locais podem ser melhorados, incentivando as empresas a trabalharem em conjunto, bem como por via da educação e formação em competências necessárias ao mercado de trabalho e do investimento no setor privado. Por fim, o crescimento inclusivo requer uma melhoria da capacidade institucional, do quadro regulamentar das empresas e do sistema tributário.

Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdades na África Ocidental

PIB

O PIB da África Ocidental representa $\frac{1}{4}$ do PIB total do continente

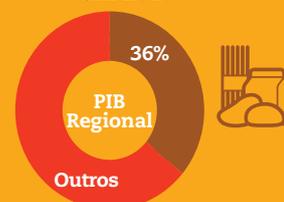


Setor Agroalimentar

O setor agroalimentar criou 82 milhões de empregos

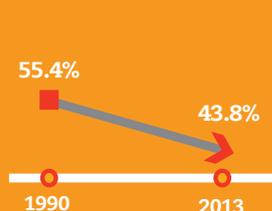


... e já tinha um valor de 178 mil milhões de USD em 2010

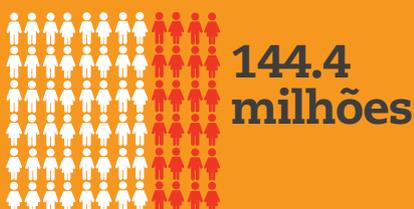


Pobreza

Entre 1990 e 2013, a taxa de pobreza decresceu

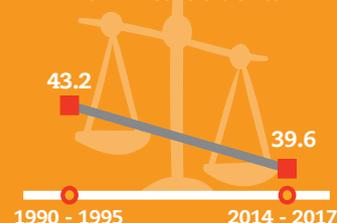


No entanto, o número de pessoas em situação de pobreza aumentou para



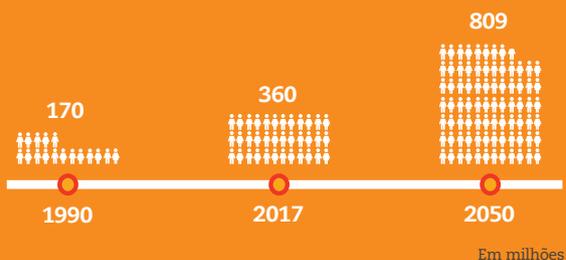
Desigualdade

O coeficiente de Gini diminuiu na África Ocidental



Crescimento Demográfico

A população duplicou no espaço de uma geração e triplicará até 2050



Urbanização

A urbanização continua a aumentar, com a população urbana a representar 43% do total



Perfil regional da África Ocidental

Tabela 7.1. Indicadores básicos sobre a África Ocidental, 2017

População (milhares)	367 566
Área (milhares de km ²)	5 033
Densidade populacional (habitantes/km ²)	73
PIB, em PPC (mil milhões USD)	1 584
PIB per capita, em PPC (USD)	4 370

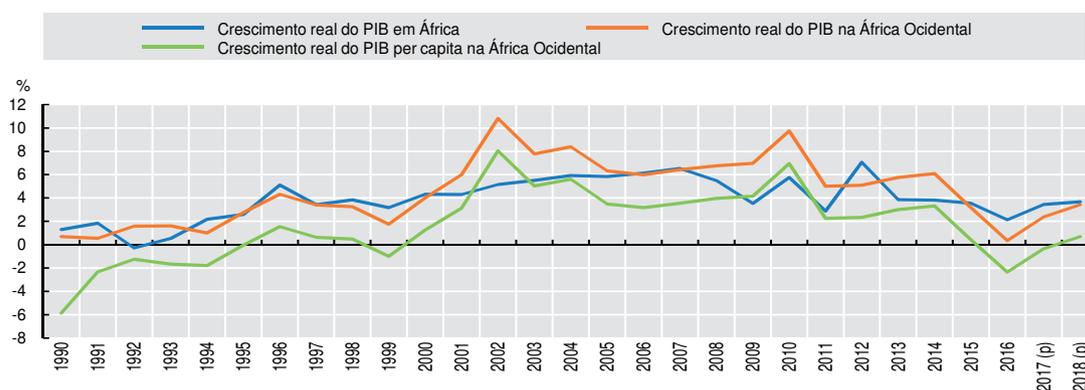
Fonte: Cálculo dos autores, com base em UNDESA (2017), *World Population Prospects* (base de dados); Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

Tabela 7.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Ocidental (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	14.8	11.9	18.3	15.4	13.4	11.7	9.7	11.2
		Investimento de carteira	0.8	5.0	6.6	18.8	14.4	8.1	5.5	4.7
		Remessas	21.6	23.3	27.2	27.4	27.6	28.5	28.7	27.8
Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	12.0	12.2	12.1	13.6	12.2	12.4	12.4	11.5	
		Total de fluxos externos	49.2	52.5	64.2	75.3	67.6	60.7	56.3	55.2
Receitas fiscais internas		35.3	43.9	63.3	68.9	67.3	67.7	47.8	39.7	

Fonte: Cálculo dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*, OCDE (2018a), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 7.1. Dinâmicas de crescimento na África Ocidental e em África, 1990-2018

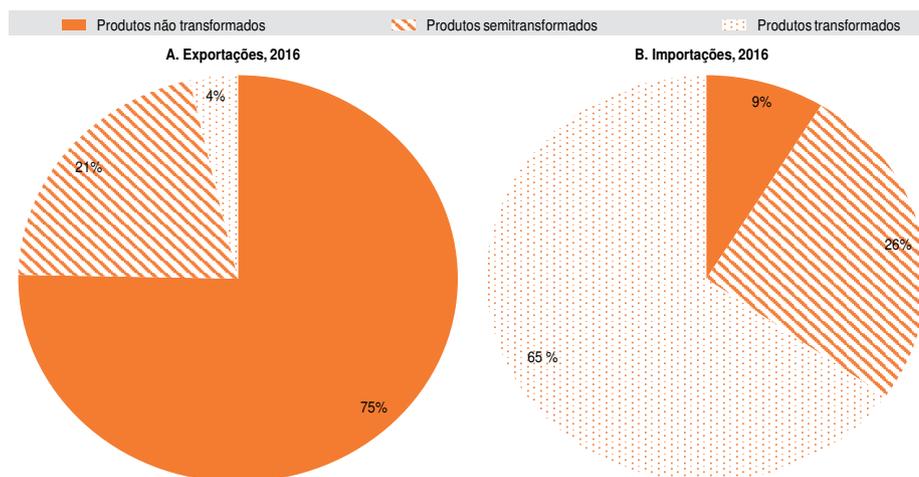


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018) *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784045>

Figura 7.2. Composição do comércio na África Ocidental, 2016



Fonte: Cálculos dos autores, com base em dados da UNCOMTRADE (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784064>

Os quinze países da África Ocidental têm uma diversidade cultural, linguística e ecológica, com uma diferença acentuada entre o norte do Sahel e a costa sul ao longo do Golfo da Guiné. Em termos políticos, quase todos os países conheceram alterações democráticas de governo, embora a estabilidade continue a ser um desafio. Verificam-se, igualmente, diferenças económicas consideráveis: a região engloba países considerados como exemplos de desenvolvimento, como o Gana (classificado em 120º lugar no *Doing Business 2018* do Banco Mundial) e a Côte d'Ivoire (139º lugar), bem como países que estão entre os mais pobres no que se refere ao PIB per capita, como a Libéria, o Níger, o Mali, o Togo, a Guiné, a Guiné-Bissau e o Burkina Faso.

A população da região duplicou no espaço de uma geração, passando de 170 para 360 milhões de habitantes, no período entre 1990 e 2017, o que representa 30% da população do continente e 5% da população mundial. Segundo as projeções das Nações Unidas, a população da região atingirá 809 milhões em 2050, o equivalente a 31.7% da população africana e a 8.2% da população mundial (UNDESA, 2018). A população concentra-se ao longo da costa atlântica, existindo grandes espaços vazios ou praticamente desabitados. Mais de quatro em cada dez habitantes (44%) têm menos de 15 anos de idade, uma percentagem superior à média do continente (41%).

No que respeita à integração regional, foram efetuados progressos tanto na harmonização da política económica, como na livre circulação de pessoas e bens. A Comunidade Económica dos Estados de África Ocidental (CEDEAO), fundada em 1975, é composta por duas organizações económicas regionais (Caixa 7.A1.1). Desempenha, também, um papel político, com resultados no âmbito da paz e segurança. No entanto, a ameaça terrorista continua presente no Mali, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Níger e Nigéria.

A África Ocidental é a segunda maior economia regional do continente africano e representa 24% do PIB de África, atrás do Norte de África (38%) e à frente da África Austral (17%), da África Oriental (17%) e da África Central (4%) (FMI, 2017a). Após um período em que foi superior a 5% (entre 2000 e 2014), o crescimento caiu a pique para os 0.4%, em 2016, recuperando para os 3.4% em 2018. A região continua a estar exposta a eventos climáticos que afetam a produção agrícola, bem como a variações nos preços internacionais das matérias-primas. A atividade económica concentra-se na maior economia da região (Anexo 7.A1), a Nigéria, que representa 77% do PIB total e 52% da população da África Ocidental. A atividade tem-se revelado também sustentada em países como a Côte d'Ivoire e o Senegal, mas continua a ser muito fraca, ou até negativa, noutros países.

A transformação económica estrutural e o comércio intracomunitário continuam a ser necessários para mitigar as desigualdades entre e dentro dos países, bem como para responder à falta de emprego digno.

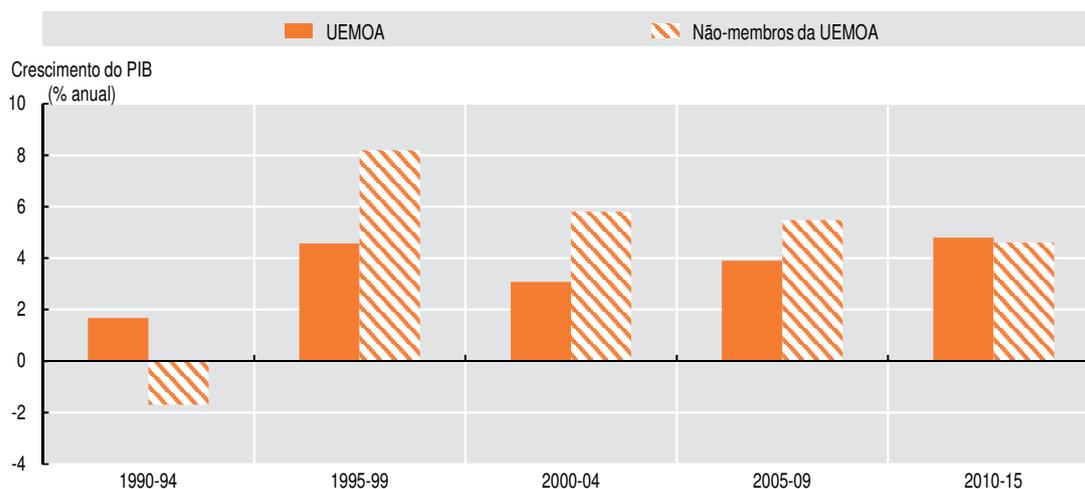
Dinâmicas e determinantes do crescimento

Um momento favorável que deverá consolidado

A África Ocidental conheceu taxas de crescimento superiores ao continente, no período 2000-14, embora relativamente instáveis. Nomeadamente, o crescimento colapsou em 2016, ano em que se registou uma taxa de 0.4% (Figura 7.1), recuperando em 2017 e devendo chegar a aproximadamente 3.4% em 2018. Estas grandes variações devem-se, em parte, a fatores externos, como a situação económica dos principais parceiros comerciais e as flutuações dos preços das matérias-primas. Os países da CEDEAO exportam produtos com forte procura mundial mas, em 2016, 75.3% continuavam a ser produtos não transformados (Figura 7.2). Assim, o petróleo e o betume representam 81% das exportações da Nigéria e o cacau 48% das exportações da Cote d'Ivoire, enquanto o comércio externo do Gana é composto principalmente por petróleo (32.5% das exportações), cacau e ouro (ambos 20%) (OECD, 2016). Os choques internos têm também um papel no crescimento, como aconteceu com o vírus Ébola em 2014-15 (Banco Mundial, 2014), ou na sequência de crises políticas ou securitárias.

As dinâmicas de crescimento variam, contudo, entre os países membros da UEMOA e os não membros. Após a crise financeira internacional de 2008 e 2009, a atividade económica na UEMOA aumentou de forma relativamente sustentada, entre 2010 e 2015, o que não aconteceu nos países não pertencentes à organização. A Nigéria, especificamente, caiu em recessão (Figura 7.3). O controlo da inflação, com um limite máximo de 3% na zona UEMOA, resultou num crescimento não tão forte como o registado nos países não membros (cerca de metade do verificado nesses países, entre 1995 e 2004) mas mais estável. Pelo contrário, o Gana, a Nigéria e a Serra Leoa tiveram taxas de inflação superiores a 10% em 2016 (CEDEAO, 2016).

Figura 7.3. Comparação do crescimento real nas zonas económicas da CEDEAO



Nota: Os sete países não pertencentes à UEMOA são Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa.
 Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
 StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784083>

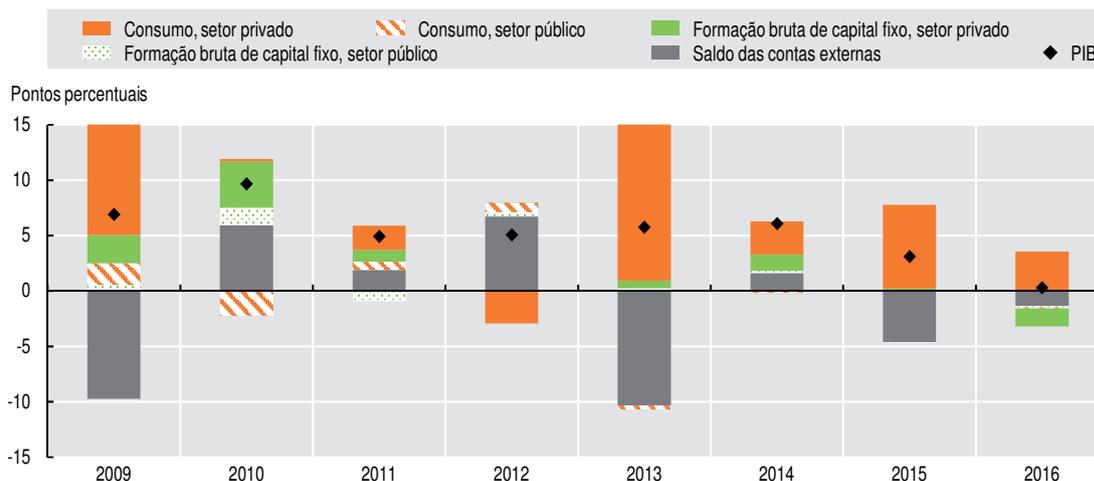
O consumo privado e o investimento público sustentam o crescimento

A procura regional, apoiada pela demografia e pelo crescimento da classe média, é cada vez mais um fator impulsionador do crescimento. Desde o ano 2000, o consumo privado tem sido o elemento com maior peso no crescimento (Figura 7.4). Este deverá

continuar a expandir-se, devido ao crescimento demográfico, e a aprofundar-se, dado o aumento de uma classe média relativamente próspera. Neste âmbito, a classe média define-se pelos agregados familiares com despesa entre 5 e 20 USD por pessoa/dia, em paridade do poder de compra. Segundo a base de dados PovCal, a classe média da África Ocidental ascendia a 44.6 milhões de pessoas, em 2013, e concentra-se em alguns países, incluindo 18.6 milhões na Nigéria e um total de 17.2 milhões na Gâmbia, Côte d'Ivoire e Senegal. No entanto, 53% da classe intermédia – neste caso, definida como a despesa entre 2 e 10 USD por pessoa/dia (BAD, 2011) – continua a estar em risco de voltar à situação de pobreza (Staatz e Hollinger, 2016).

A produção local pode, sob certas condições, beneficiar da demografia e do crescimento da classe média. Cada vez mais, a procura da classe média exige dos produtores locais a oferta de bens e serviços de alto valor acrescentado, que têm sido progressivamente integrados no consumo (em particular, produtos processados e carne). As despesas com alimentação representam, em média, 39% dos rendimentos na Côte d'Ivoire e 65% na Nigéria (Staatz e Hollinger, 2016: 8).

Figura 7.4. Composição do crescimento na África Ocidental, 2009-16



Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018), *World Economic Outlook database*.
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784102>

Os países da região podem beneficiar de uma estabilização das contas públicas, que permite libertar recursos para o investimento público. Na década de 2000, a melhoria das políticas macroeconómicas, o cancelamento da dívida e o reforço da política orçamental ajudou os governos a terem margem financeira para lançar programas de investimento público. O peso da dívida no PIB da região, na ordem dos 41.7% em 2016, continua abaixo do limiar de 70% fixado pelos critérios de convergência. Vários Estados da CEDEAO demonstraram, igualmente, uma melhor capacidade de acesso a mercados internacionais da dívida. Um dos exemplos a salientar é a emissão de *Eurobonds* pela Côte d'Ivoire, pela Nigéria e pelo Senegal. No entanto, o ritmo de acumulação de dívida tem sido bastante elevado em alguns países (FMI, 2017b). Segundo o FMI (2017c), quatro países registam rácios da dívida superiores ao critério de convergência: Cabo Verde (129% do PIB em 2016), Gâmbia (120%), Gana (73%) e Togo (80%). Estes níveis de endividamento público colocam em causa a sustentabilidade do investimento público a médio prazo.

A oferta local de bens de consumo e serviços continua a ser escassa

A rápida urbanização contribui para a transformação económica estrutural mas faz-se, frequentemente, por via do setor informal. Entre 1950 e 2015, o número de áreas

urbanas com mais de 10 000 habitantes passou de 152 para 1 800. A população urbana aumentou 30 vezes, passando de 5 para 150 milhões de pessoas (Staatz e Hollinger, 2016). Os habitantes das cidades representam atualmente 43% da população (Allen e Heinrigs, 2016). Conseqüentemente, a procura de produtos agroalimentares transformados tem revelado uma maior dinâmica na África Ocidental do que a média global (OCDE, 2016). Este importante fator de crescimento pode perder-se, contudo, se a oferta de bens e serviços não aumentar, através de um processo duplo de industrialização e transformação local de matérias-primas. Sem oferta local, o crescimento demográfico pode gerar um aumento das importações de produtos alimentares e outros bens de consumo, afetando a balança comercial.

A acumulação de capital e o trabalho contribuem de forma positiva para o crescimento desde o ano 2000, enquanto a produtividade global tem sido, frequentemente, negativa. No período 2000-15, o trabalho contribuiu mais para o crescimento do que o capital, devido ao forte crescimento demográfico e ao peso da atividade agrícola (Figura 7.5).

Figura 7.5. Contribuição dos fatores para o crescimento, 1990-2015



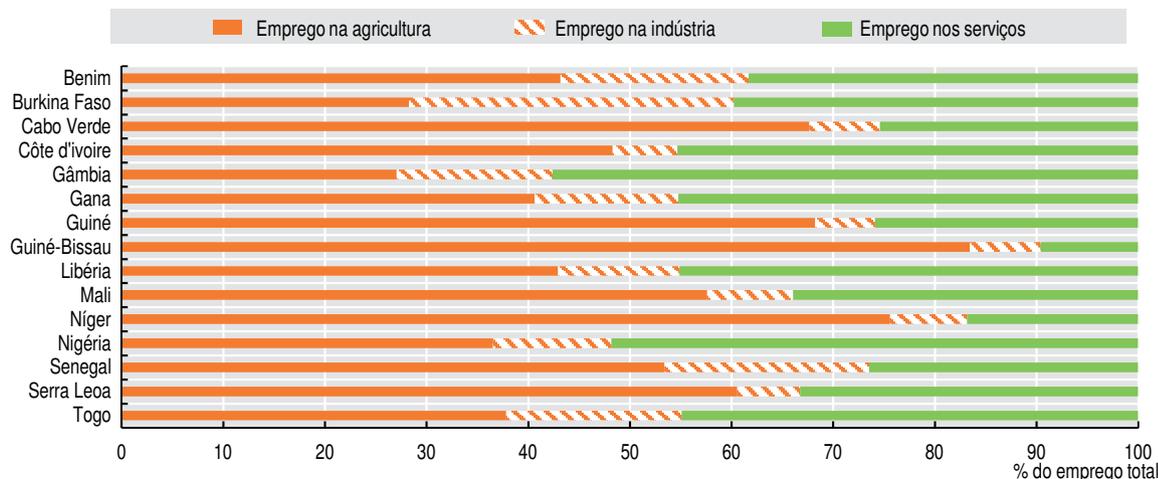
Fonte: Cálculos dos autores, com base em Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784121>

Dinâmicas e determinantes do emprego e do desemprego na África

O emprego é impulsionado pelo setor agroalimentar e dominado pelos setores primário e terciário

O setor agrícola é a principal fonte de emprego na CEDEAO, seguido dos serviços e da indústria. No ano 2000, este setor representou entre 33% (Gâmbia) e 77% (Níger) dos postos de trabalho. Embora o peso da agricultura tenha estagnado ou diminuído em todos os países da região, ainda representa quase 51% dos empregos (média simples, Figura 7.6). Pelo contrário, o emprego no setor dos serviços cresceu em quase todos os países, com exceção do Mali e do Senegal. O setor terciário representa mais de 40% dos postos de trabalho na Gâmbia, graças à hotelaria e restauração, bem como no Gana, devido ao turismo (CNUCED, 2015). No Burkina Faso, a contração do setor agrícola fez-se em benefício dos serviços e também da indústria transformadora, a qual representava 31% dos postos de trabalho em 2017 (em comparação com 4%, no ano 2000). Este aumento do setor industrial está ligado à expansão das atividades informais de mineração, principalmente a extração de ouro em pequena escala.

Figura 7.6. Estrutura do emprego na CEDEAO (% do total, 2017)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILOStat (base de dados).

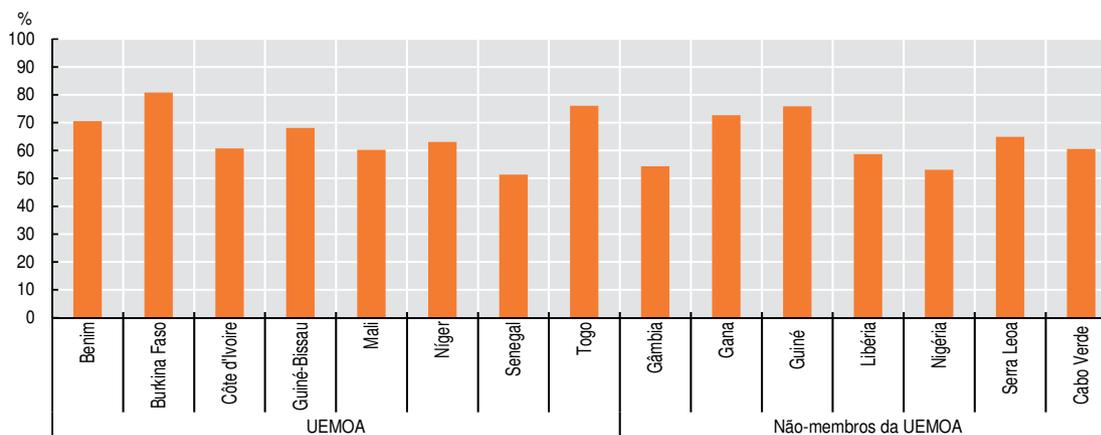
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784140>

O setor agroalimentar oferece boas perspectivas de emprego, tendo criado 82 milhões de postos de trabalho entre 2012 e 2015, ou seja, mais de 66% do emprego (Allen et al., 2018: 8). É o maior setor, com uma produção na ordem dos 178 mil milhões de USD, em 2010, o que representa 36% do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Um quarto da população rural da África Ocidental participa em atividades não-agrícolas (OCDE, 2013). As atividades de transformação, logística e retalho geram emprego nos transportes, embalagem e distribuição para as áreas urbanas. Estas atividades estão a expandir-se rapidamente e são, geralmente, mais produtivas do que as atividades agrícolas. Segundo estimativas do Clube do Sahel e da CEDEAO, estas atividades representam 40% do valor acrescentado do setor, devendo continuar a crescer com a urbanização da região (Allen e Heinriqs, 2016).

O mercado de trabalho continua a ser predominantemente informal

No geral, uma grande parte da população está empregada, seja no setor formal ou informal. A taxa de emprego varia entre 80% no Burkina Faso e 51% no Senegal (Figura 7.7).

Figura 7.7. Participação no mercado de trabalho na CEDEAO, em percentagem da população ativa (2015-17)



Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017), ILOStat (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784159>

O mercado de trabalho continua, porém, a ser dominado por um setor informal dinâmico. Na sub-região, o setor informal representa entre 30% (Togo) e 50% (Benim) da economia nacional (FMI, 2017b). No Senegal, a economia informal gerou entre 80% e 97% dos empregos nos últimos 20 anos (Ministério da Economia e Finanças do Senegal, 2011). Das 407 000 empresas analisadas no Senegal, 97% faziam parte do setor informal (ANSD, 2015). Na Costa do Marfim, mais de 80% da mão-de-obra está no setor informal, percentagem que ultrapassa os 90% no Mali e no Burkina Faso. Em Ouagadougou (Burkina Faso), quase 45% dos desempregados desconhece a existência da agência pública de emprego (*Bureau public pour l'emploi*) (DIAL, 2007, citado em Nordman e Pasquier Doumer, 2015). Os grupos mais vulneráveis trabalham no setor informal, nomeadamente os mais pobres, os jovens e as mulheres (BAD/OCDE/PNUD, 2012). A Tabela 7.3 apresenta o peso do setor informal no emprego em atividades não-agrícolas.

Tabela 7.3. Peso do setor informal no emprego não-agrícola, por género

País	Ano	Peso do setor informal (%)	Por género (%)	
			Mulheres	Homens
Benim	2011	94.5	97.7	90.2
Côte d'Ivoire	2016	87.7	93.8	82.4
Gâmbia	2012	68.2	77.6	62
Gana	2015	83.2	88.3	75.9
Libéria	2010	77.6	86.3	68.8
Mali	2015	92.1	96.9	87.9
Níger	2011	86.4	95.2	76.4
Senegal	2015	90.4	93.5	88.2

Fonte: Cálculos dos autores, com base em OIT (2017) ILOStat (base de dados).

As atividades informais impulsionam a atividade económica mas não proporcionam necessariamente um emprego digno. No entanto, essas permitem um certo grau de flexibilidade, que pode facilitar a participação na vida económica (BAD/OCDE/PNUD, 2012). O setor informal tem promovido, assim, a integração das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho. Na Nigéria, em 2013, 40% das mulheres trabalhava por conta própria (BAD/OCDE/PNUD, 2017: 185). Frequentemente, as empresas pequenas beneficiam de uma rede social bem estruturada, que lhes permite aguentar choques económicos. Por outro lado, o setor informal também constitui uma “armadilha de pobreza”, na medida em que relega os trabalhadores, particularmente as mulheres e os jovens, para atividades pouco produtivas e que consomem muito tempo, sem proteção social. Na Costa do Marfim, 43.9% dos jovens (com idades entre 15 e 29 anos) criam os seus próprios negócios, mas 86% dos jovens empresários ganham menos, em média, do que os trabalhadores jovens assalariados (OCDE, 2017a). Estas empresas informais no setor dos serviços e comércio estão, frequentemente, expostas a variações nos preços das matérias-primas, principalmente o petróleo e os *inputs* agrícolas, gerando rendimentos instáveis que representam uma perda de receitas fiscais para o Estado.

O desemprego e a precariedade laboral afetam principalmente os jovens

À primeira vista, a taxa de desemprego parece ter estabilizado num nível baixo, em todos os países da CEDEAO, embora grande parte da população não figure nas estatísticas do desemprego, já que trabalha no setor informal. Países como o Benim, o Burkina Faso e a Serra Leoa têm taxas de desemprego entre 1% e 5% (Banco Mundial, 2017). Apenas Cabo Verde, a Gâmbia, o Gana e o Mali apresentam taxas superiores a 10%.

Os jovens enfrentam obstáculos no mercado de emprego formal, pelo que recorrem ao setor informal. Este emprega 94% dos trabalhadores no Mali e 93% no Benim, com o remanescente dividido pelo setor público e privado (OIT, 2012). O setor público é o maior

empregador do setor formal, com 4% dos postos de trabalho, contra 2% do setor privado. Estes postos de trabalho estão concentrados nos centros urbanos, particularmente na capital, Bamako, onde equivalem a aproximadamente 1/4 do emprego total (OIT, 2012). Na Côte d'Ivoire, os empresários representam 43.9% do emprego jovem fora do setor agrícola (OCDE, 2017b). Sem conseguirem encontrar melhores empregos assalariados, os jovens preferem criar o seu próprio emprego no setor informal, onde acumulam vários empregos precários.

As pessoas na faixa etária entre 15 e 25 anos são as mais afetadas pela precariedade do trabalho. O desemprego jovem atingiu 12% em 2017 e tem estado estagnado nos últimos 25 anos, não contabilizando os jovens ativos no setor informal, que têm frequentemente menos escolaridade. A taxa do emprego jovem foi de 41% em 2017, comparativamente a 47% no ano 2000. O desemprego jovem radica em vários fatores estruturais: baixos níveis de escolaridade e formação, bem como a discrepância entre as competências e as necessidades do mercado de trabalho (UNECA, 2015). Esta situação pode ser agravada por outros fatores, podendo esses serem de âmbito social (clientelismo), político (nepotismo), étnico e religioso (preferências) ou redes específicas de solidariedade.

Os jovens sem escolaridade são a maior parcela dos jovens desempregados, mas os licenciados também estão sujeitos ao desemprego (BAD/OCDE/PNUD, 2012). Entre 2010 e 2015, taxa de desemprego dos jovens com escolaridade básica foi inferior a 8% em todos os países, com exceção da Gâmbia (16%). Pelo contrário, no mesmo período, o desemprego entre jovens com o ensino superior ultrapassou os 9% em todos os países, exceto no Gana, Libéria e Nigéria. A falta de perspectivas de trabalho no setor público e privado fomenta a emigração dos jovens licenciados. Essa “fuga de cérebros” na região é uma limitação para setores públicos como a saúde, que é indispensável ao desenvolvimento humano (FMI, 2016).

Os jovens diplomados são vítimas da dissonância entre a formação e o emprego. A duração média do desemprego é de 4.4 anos para os que procuram o primeiro emprego (Kouakou e Koba, 2015). O alinhamento entre a formação e a empregabilidade dos candidatos constitui um grande desafio. A empregabilidade dos jovens é restringida pelo baixo nível de qualificações, por um sistema de ensino centrado na oferta e não na procura, e por uma formação básica excessivamente teórica. Um estudo efetuado pela OIT incluindo 27 multinacionais na Côte d'Ivoire (11 empresas da indústria agroalimentar, 8 do setor bancário, 4 do setor mineiro e 4 das telecomunicações) apontam para uma incompatibilidade entre as competências dos jovens e o mercado de trabalho (PNUD, 2013). Para resolver este hiato entre as necessidades do sistema produtivo e os resultados do sistema educacional, é necessário desenvolver competências e, para tal, melhorar a qualidade da formação.

O êxodo rural está em curso e as zonas urbanas são, cada vez mais, afetadas pelo desemprego jovem. Os jovens das áreas rurais procuram oportunidades profissionais e financeiras, migrando para as áreas urbanas e aumentando o número de habitantes das cidades. No Mali, 19% da população urbana é composta por jovens, contra 13% nas zonas rurais (BAD/OCDE/PNUD, 2012:128). Mas o nível de escolaridade dos jovens residentes nas áreas rurais é menor do que dos jovens urbanos, o que dificulta a sua integração no mercado de trabalho.

O crescimento demográfico é um desafio sem precedentes

A pressão demográfica na África Ocidental faz com que seja difícil absorver aqueles que entram pela primeira vez no mercado de trabalho. Assim, apesar do crescimento sustentado, os níveis médios de emprego e desemprego em África variaram pouco desde os anos 90. Entre 1990 e 2017, a taxa média de emprego na região passou de 58% para 62%.

Em 2035, os jovens entre 15 e 25 anos de idade representarão 20% da população da África Ocidental, contra 15% da população mundial (UNDESA, 2018) - pressão esta que fomenta os fluxos migratórios no plano intra-africano e internacional.

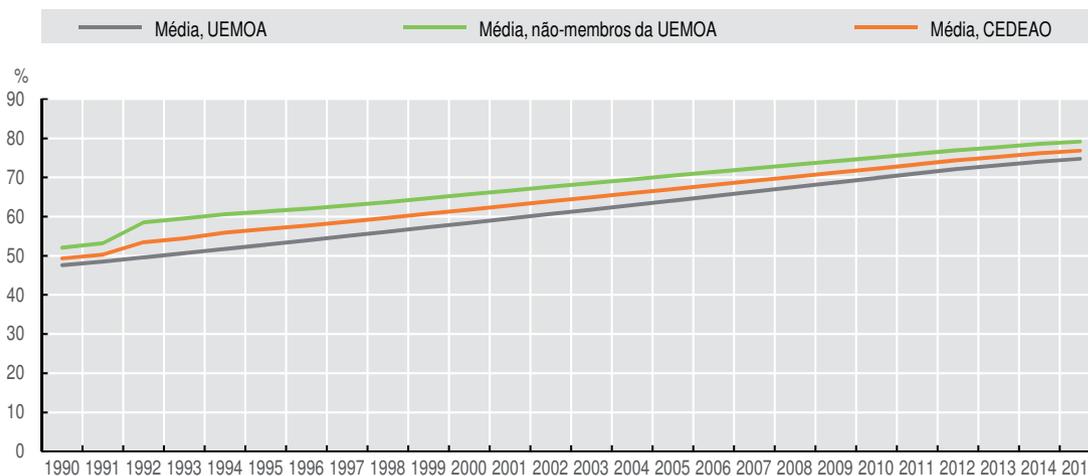
Dinâmicas da desigualdade na África Ocidental

O acesso a serviços sociais básicos melhorou substancialmente

No geral, os indicadores dos padrões de vida têm registado melhorias na região, mesmo com um crescimento demográfico de 3.5% por ano. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da África Ocidental seja o mais baixo do continente (juntamente com a África Oriental), este tem tido uma evolução positiva, passando de 0.33 em 1990 para 0.47 em 2017. Dentro da região, o IDH varia entre 0.35 no Níger e 0.65 em Cabo Verde. A esperança média de vida à nascença foi de 60 anos no período 1990-95, sendo de 51 anos no início dessa década (PNUD, 2017a).

O acesso a serviços básicos também aumentou, embora haja ainda muito a melhorar. O acesso a água potável (Figura 7.8), saneamento, eletricidade e telemóveis está a subir (Anexo 7.A3). Na Libéria, após uma longa guerra civil, apenas 0.4% da população tinha acesso a energia elétrica no período 2000-07, passando para 8.4% no período 2008-17.

Figura 7.8. Acesso a água potável na África Ocidental, 1990-2015 (% da população)



Fonte: Calculado com base em Banco Mundial (2017), *World Economic Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784178>

Praticamente todos os países conheceram uma queda das taxas de pobreza, no período entre 1990 e 2015, embora o número absoluto de pobres tenha crescido. Segundo dados de 2017, do Banco Mundial, a pobreza extrema – abaixo do limiar de 1.90 USD/dia, em paridade do poder de compra – caiu de 55.4% para 43.8%, entre 1990 e 2015 (Figura 7.A3.1). Esta melhoria deve-se, principalmente, às estratégias nacionais de redução da pobreza e à Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), que beneficiou 13 países da região (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Senegal, Serra Leoa e Togo). No Burkina Faso, por exemplo, o ritmo de redução da pobreza desde o ano 2000 é idêntico ao registado na China, entre 1996 e 2013 (Capítulo 1).

No entanto, esta redução da pobreza em termos relativos esconde um aumento do número de pobres em termos absolutos, bem como um nível de carências ou privação muito

acentuado entre os mais pobres. O número de pessoas em situação de pobreza extrema na África Ocidental aumentou de 98.9 milhões (55.4%) em 1990, para 144.4 milhões (43.8%) em 2013. Este paradoxo de números crescentes e percentagens decrescentes da pobreza deve-se ao crescimento demográfico, em particular nas populações mais pobres. O índice multidimensional da pobreza manteve-se, em média, em 0.4 (nos países com dados disponíveis). Este é o valor regional mais alto do continente, juntamente com a África Oriental. Quase 67% da população vive numa situação de pobreza multidimensional e a intensidade das carências dos pobres atinge 56%. Entre as carências está o facto de a África Ocidental ter o menor nível de escolaridade do continente africano: apenas 35% da população não tem a escolaridade primária e, em 38% das famílias, nenhum membro frequentou a escola (OPHI, 2017).

A desigualdade está a diminuir no geral, embora continue elevada nas maiores economias da região

O índice de Gini mostra uma tendência geral de diminuição da desigualdade de rendimentos. A desigualdade na África Ocidental passou de um valor médio de 43.2, entre 1990 e 1995, para 39.6, entre 2014 e 2017. Esta tendência global mascara, porém, profundas diferenças entre os países (Tabela 7.4). Com efeito, a descida é mais notória na zona não-UEMOA.

Tabela 7.4. Desigualdade de rendimentos na África Ocidental (Índice de Gini, 1990-2017)

País	Índice de GINI		
	Primeiro ano	Último ano	Evolução
Benim (primeiro ano 2003; último, 2015)	38.6	47.8	9.2
Burkina Faso (1994; 2014)	50.8	35.3	-15.5
Cabo Verde (2001; 2007)	52.5	47.2	-5.3
Côte d'Ivoire (1993; 2015)	36.1	41.7	5.6
Gâmbia (1998; 2003)	48.5	47.3	-1.2
Gana (1993; 2012)	33	42.2	9.2
Guiné (1994; 2012)	52.6	33.7	-18.9
Guiné-Bissau (1993; 2010)	43.6	50.7	7.1
Libéria (2007; 2014)	36.5	33.2	-3.3
Mali (1994; 2010)	50.4	33	-17.4
Níger (1994; 2014)	41.5	34	-7.5
Nigéria (1993; 2010)	45	44.7	-0.3
Senegal (1994; 2011)	41.4	40.3	-1.1
Serra Leoa (2003; 2011)	40.2	34	-6.2
Togo (2006; 2015)	42.2	43	0.8

Fonte: Calculado com base em Banco Mundial (2017), *World Economic Indicators* (base de dados).

No entanto, continuam a existir fortes desigualdades nos países mais ricos. Entre 1993 e 2003, a desigualdade de rendimentos caiu mais de 10 pontos na Nigéria, retomando depois uma tendência ascendente entre 2004 e 2011, para voltar a atingir os níveis de 1993 (PNUD, 2017b). No Gana, a elasticidade crescimento-desigualdade é positiva (0.236 entre 1998 e 2014), o que indica um crescimento não inclusivo (PNUD, 2017b). O aumento das receitas (do crescimento económico) e do emprego coexiste, por vezes, com o crescimento da desigualdade e da pobreza, devido a uma distribuição desigual dos rendimentos e ao domínio do mercado informal. É possível observar, em vários períodos, a coexistência da redução da pobreza com o aumento da igualdade, em países como o Gana, Nigéria,

Senegal e Togo. Pelo contrário, os níveis de pobreza e de desigualdade têm aumentado de forma simultânea no Benim, Côte d'Ivoire e Guiné-Bissau.

A distribuição da riqueza na África Ocidental parece favorecer a classe média e intermédia. A parcela de rendimento detida pelos 60% que constituem a população intermédia subiu de 44.2% (no período 1990-95) para 47.3% (no período 2014-17). Isto deve-se à implementação de estratégias de redução da pobreza e outras Iniciativas para os Países Pobres Altamente Endividados desde o início dos anos 2000. É importante continuar a investir mais em setores com potencial de redução da pobreza, apostar na criação de emprego e assegurar proteção social para combater as vulnerabilidades (Capítulo 8).

A disparidade de rendimentos e de oportunidades entre homens e mulheres continua a ser muito elevada. Metade dos países da região – Gâmbia, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Serra Leoa – registam um nível muito alto de discriminação de género nas instituições sociais, de acordo com o índice sobre Instituições Sociais e Desigualdade de Género (SIGI), que varia entre 0.25 na Côte d'Ivoire e 0.52 na Gâmbia (Bouchama et al., 2018). Apesar dos esforços para promover a participação política das mulheres - com a adoção de quotas em seis países -, em 2017, as mulheres preenchiem apenas, em média, 16% dos assentos parlamentares. Contudo, estas percentagens variam muito entre os países, com o Senegal a registar 43% de representantes femininas no Parlamento e a Nigéria apenas 6%.

Estas desigualdades podem ser agravadas, entre outros fatores, por determinadas normas e práticas sociais. Foram introduzidas políticas para combater o casamento infantil na região, mas 30% das raparigas entre 15 e 19 anos são casadas (Bouchama et al., 2018: 9). Embora tenham sido aprovadas reformas legislativas, o acesso das mulheres à propriedade também continua a ser difícil. No Gana, as mulheres detêm apenas 10% das terras de propriedade privada (Derry, 2016). Na Serra Leoa, o *Devolution of Estates Act*, de 2007, define uma distribuição equitativa da terra entre homens e mulheres, mas não tem sido suficientemente aplicado (Corrigan, 2016). As práticas discriminatórias em relação às mulheres refletem normas ligadas ao valor simbólico e económico das terras cultiváveis. No Burkina Faso, o estatuto “móvel” das mulheres, ou seja, o facto de viverem em agregados familiares diferentes após o nascimento, o casamento e a viuvez, é um impedimento do acesso à propriedade. O direito consuetudinário que rege a alocação de terra arável em algumas comunidades visa proteger a riqueza agrícola através de um favorecimento dos homens (OCDE, 2018b).

Recomendações de políticas

Os governos reconhecem que a transformação estrutural da região é um desafio fulcral para um crescimento sustentável e inclusivo que crie emprego. Com efeito, é fundamental impulsionar a produtividade das atividades locais para criar emprego para os jovens que entram no mercado de trabalho. A aceleração da transformação estrutural permitirá que o setor informal, predominante na região, seja reabsorvido. Simultaneamente, as reformas devem preconizar a redistribuição da riqueza e o combate à pobreza, de forma a corrigir os efeitos da transformação económica estrutural em várias formas de desigualdade. Em resposta à transformação económica no plano nacional, é necessário criar sistemas eficazes de proteção social que permitam uma alocação justa dos recursos.

A implementação de políticas setoriais não é suficiente para fomentar uma transformação dos recursos naturais no plano interno. As estratégias de transformação estrutural têm-se centrado nos setores de exportação de recursos naturais. As zonas económicas especiais (como a zona *Lagos Deep Offshore Logistics* - LADOL, na Nigéria) têm sido frequentemente utilizadas para promover atividades ligadas à exportação. Estas

estratégias têm tido um certo êxito, mas não permitem um real desenvolvimento das capacidades locais de transformação. Além disso, estas políticas tendem a criar enclaves, sem construírem interligações suficientes entre atividades e regiões, que aproveitem da melhor forma o dinamismo local.

As políticas de desenvolvimento poderiam - sem ignorar estas estratégias centradas na exportação - aproveitar os pontos fortes da região para promover um crescimento endógeno e mais inclusivo. Entre esses pontos fortes está o crescimento de uma classe média, como referido anteriormente. As cidades intermédias também têm promovido uma urbanização rápida, o que tornou possível a redução das distâncias entre produtores das áreas rurais e consumidores das áreas urbanas e periurbanas, apoiando assim a produção agrícola e o crescimento da indústria agroalimentar. A rápida urbanização veio também impulsionar o setor da construção, representando uma oportunidade importante para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, em particular através do investimento em infraestruturas adequadas e em redes de transporte coletivo. Outra vantagem regional é a integração económica, que interliga muitos países da região. Estes países da CEDEAO definiram critérios de convergência ambiciosos, que devem ser implementados e aprofundados, para que a integração seja ainda mais benéfica.

Desenvolver as interligações entre zonas urbanas e rurais para criar emprego

O crescimento de cidades secundárias e a promoção de atividades de geração de capital e de serviços constituem uma oportunidade para o emprego jovem, nas zonas rurais e urbanas. A transformação espacial apresenta, igualmente, uma oportunidade para aumentar a produtividade das áreas urbanas e periurbanas, fazendo face à procura urbana nas zonas circundantes. Nas áreas urbanas, de facto, a procura de produtos alimentares é mais diversificada do que nas áreas rurais (Staatz e Hollinger, 2016). Para aproveitar este potencial, é importante continuar a avançar na agenda de reformas sobre a governação multinível. As políticas de descentralização orçamental devem, portanto, ser acompanhadas por uma clarificação das competências dos governos ao nível nacional, regional e local, através do princípio da subsidiariedade; a participação dos cidadãos deve ser reforçada; e a transparência, a responsabilização e prestação de contas deve ser melhorada. Estas prioridades são importantes para fomentar o desenvolvimento económico no plano regional e local.

Vários corredores transfronteiriços da África Ocidental apresentam oportunidades para melhorar as cadeias de valor regionais. O programa de cooperação transfronteiriça Sikasso-Korhogo-Bobo Dioulasso (SKBo) conecta as cidades intermédias do Mali, da Côte d'Ivoire e do Burkina Faso, onde a economia continua a ser rural. Esse é focado na identidade cultural da região e nas trocas transfronteiriças ao longo das principais rotas comerciais. Ao centrar-se na identidade local, o SKBo contribui para a diversificação da produção agrícola e para o crescimento da rentabilidade e do comércio. O programa apoia agricultores locais (de algodão, hortícolas, oleaginosas, fruta tropical, castanha de caju, citrinos, batatas e mangas) e promove o acesso a *inputs* agrícolas de qualidade, através do fornecimento de fertilizantes, ração animal e sementes melhoradas (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Em maio de 2018, as autoridades dos três países concederam a este corredor um estatuto económico especial, para promoverem a instalação de empresas agroindustriais e de mineração.

Para desenvolverem estes pontos fortes da região, os países devem considerar novas abordagens que complementem outras políticas rurais-urbanas. Assim, os países poderiam definir uma estratégia industrial regional para desenvolvimento de atividades que conectem os agricultores das áreas rurais com os produtores industriais das áreas urbanas, e os produtores rurais com os consumidores urbanos (Allen et al., 2018). No

Mali, por exemplo, o desenvolvimento do setor da manga envolveu a adoção de medidas específicas, visando: a melhoria da formação, o desenvolvimento de certificações de qualidade, o apoio à formalização de empresas privadas e a melhoria da logística (particularmente o transporte em estradas rurais na região de Sissako), a cadeia de refrigeração e o embalamento, assim como a criação de ligações entre os vários elos da cadeia de valor. Estas ações beneficiaram, também da cooperação transfronteiriça, através do apoio à abertura das regiões.

O reforço da qualidade dos bens públicos necessários à atividade económica irá permitir a eliminação dos obstáculos ao crescimento agrícola. A economia alimentar já representa um terço do PIB regional (Allen e Heinriqs, 2016), no entanto, sofre de falta de investimento, apesar das recomendações da União Africana sobre o setor. Na Declaração de Maputo, o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) prevê que os países africanos destinem 10% dos orçamentos nacionais a este setor. Desde então, só o Burkina Faso, a Guiné, o Mali, o Níger e o Senegal conseguiram cumprir este objetivo em vários anos consecutivos, enquanto o Gana cumpriu apenas num ano (Wade e Niang, 2014). A geração de eletricidade e o acesso a pequenos equipamentos e máquinas agrícolas são outras áreas a desenvolver. Além disso, as economias rurais não dependem exclusivamente da agricultura e a produtividade é maior nas atividades não-agrícolas. As políticas podem aproveitar o dinamismo das economias locais para desenvolverem as atividades pós-colheita, como a transformação de alimentos, a logística e o retalho. Os investimentos específicos em atividades como as capacidades de transporte, armazenamento e distribuição podem ser estratégicos.

Os Estados devem coordenar-se para antecipar mudanças ligadas às dinâmicas populacionais, nomeadamente o acesso equitativo à terra. Na ausência de sistemas claramente definidos, os conflitos e disputas de terra são recorrentes em algumas zonas. A segurança da posse de terra poderia reduzir o risco de conflito, incentivar o investimento produtivo na agricultura e atenuar o êxodo rural da população jovem. Os Estados da região devem equacionar soluções pragmáticas para a segurança da posse de terras, através de um equilíbrio entre direitos consuetudinários e legislação moderna. Para tal, vários países, como Moçambique, a Tanzânia ou mesmo o Vietnã implementaram reformas fundiárias (OCDE, 2016) que podem servir de inspiração.

Modernizar as capacidades de oferta local de bens de consumo e serviços

As políticas de desenvolvimento regional devem modernizar o fornecimento de bens e serviços, que hoje em dia é predominantemente informal, para corresponder às novas exigências da classe média. A migração urbana alterou o consumo das famílias. Como tal, os agregados familiares compram cada vez mais os alimentos e produtos, em vez de os produzirem (Allen e Heinriqs, 2016). As políticas públicas podem ajudar as microempresas a aumentarem a produtividade e a receita, com programas de microcrédito, formação e apoio à inovação.

As empresas locais poderiam beneficiar de iniciativas específicas para apoiar os grupos industriais existentes a regularizarem a sua situação. No Gana, com o desenvolvimento de serviços públicos (estradas, eletricidade, serviços sociais) e a promoção das competências e formação no *cluster* Suame Magazine, registou-se um aumento da produtividade local, em especial devido a um melhor acesso a infraestruturas. A *Suame Magazine Industrial Development Organization* (SMIDO) foi criada para colmatar a falta de apoios e de mecanismos públicos de proteção social (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Na Nigéria, a experiência das autoridades regionais de Lagos demonstra que a agregação de empresas informais numa organização é um mecanismo mais eficaz para a sua regularização do que lutar contra a sua criação. Assim, a CAPDAN é uma organização situada na zona de Otigba, em

Lagos, que representa empresas do setor das tecnologias de informação e comunicação (TIC), lidando com questões administrativas e ajudando à coleta de impostos (Oyelaran-Oyeyinka, 2014).

As políticas educativas devem promover o investimento em capital humano para aumentar a produtividade dos trabalhadores informais. No plano nacional, os Estados devem investir na formação das pequenas empresas ao nível da gestão e disponibilizar uma certificação das competências no setor informal, como acontece na África do Sul, Benim, Etiópia, Mali e Senegal (BAD/OCDE, 2008). No Gana, por exemplo, os aprendizes que trabalham por conta própria e que receberam formação numa instituição de formação e desenvolvimento profissional auferem mais 49% do que num trabalho assalariado (BAD/OCDE/PNUD, 2017). No entanto, o número de estudantes do ensino secundário inscritos em programas de formação profissional continua a ser muito baixo, particularmente no Gana (1.8%) e no Senegal (4.5%). Na África Ocidental, a aprendizagem informal é o principal método de aquisição de competências nas áreas urbanas. No Gana, a aprendizagem informal representa até 90% da formação básica e os aprendizes constituem quase 25% da população ativa. Para promover empresários dinâmicos na economia formal, é importante adotar medidas específicas, que os apoiem de forma consistente ao longo das suas carreiras. É também necessário ter em conta a avaliação de impacto, desde a fase de criação dos programas. As políticas são mais eficazes quando a formação empresarial é integrada na educação formal e o espírito empreendedor pode ser despertado nos jovens através de modelos e histórias de sucesso que estes possam seguir (OCDE, 2017a).

É aconselhável disponibilizar apoio material e institucional a jovens empreendedores talentosos para que estes possam desenvolver as suas atividades para além da fase inicial (*start-up*). Desde 2014, as incubadoras locais têm incentivado a criação de empresas tecnológicas de alto valor acrescentado (Tabela 7.5). À semelhança do investimento queniano no Savannah Valley, os países da África Ocidental poderiam definir conjuntamente uma estratégia digital e criar polos regionais competitivos. Na Nigéria, o ecossistema de *start-ups* existente em Lagos beneficiou de um crescimento orgânico das pequenas empresas. Se esta região conseguiu aproveitar os impressionantes avanços da tecnologia digital, o exemplo da África Oriental demonstra que estas tecnologias podem ser lançadas a um ritmo ainda mais rápido.

Tabela 7.5. Principais incubadoras de empresas *start-up* na África Ocidental

País	Nome
Benim	e-TRILABS, Jokkolabs Cotonou
Burkina Faso	Yam Pukri, Jokkolabs Ouagadougou
Côte d'Ivoire	Jokkolabs Abidjan, W Hub, Akendewa
Gâmbia	Jokkolabs Banjul
Gana	mFriday, Meltwater Entrepreneurial School of Technology, MEST, gSpace, Kumasi Hive
Libéria	iLab Libéria
Mali	Jokkolabs Bamaco
Nigéria	Tony Elumelu Foundation, L5 Lab, Co-creation Hub, Wennovation Hub
Senegal	Jokkolabs Dacar, CTIC Dacar, Africa Living Lab, E-Cover, Synapse
Serra Leoa	AFFORD Serra Leoa
Togo	Woe Lab, Ecohub, Innov'Up, FabLab

Fonte: BAD/OCDE/PNUD (2017).

Poderia existir uma maior mobilização das poupanças e fluxos financeiros para o financiamento das empresas locais. A África Ocidental debate-se com um problema de excesso de liquidez, o que aponta para dificuldades de acesso ao crédito por parte dos empreendedores (Doumbia, 2011). Sem acesso a crédito e com fracas competências, as

pequenas empresas não podem tirar partido das economias de escala (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Um estudo realizado em 2014, englobando 3 000 PME e 18 bancos comerciais na Nigéria, revelou que dois terços dos bancos rejeitam mais de metade dos pedidos de empréstimo das PME (KPMG/EDC, 2014).

Os Estados poderiam canalizar as remessas dos emigrantes – com um valor estimado de 27.82 mil milhões de USD, em 2016 – para o investimento (Tabela 7.2). Esta tarefa pode ser da responsabilidade das agências de promoção do investimento (OCDE, 2017b) ou de unidades especiais dedicadas à diáspora, como acontece no Gana. As agências de garantia de crédito podem combinar o apoio financeiro com um serviço de consultoria.

A ajuda internacional ao desenvolvimento – com um valor estimado de 12.36 mil milhões de USD (OCDE/CAD, 2017) – poderia ser melhor aproveitada para o investimento. O Fundo Africano de Garantia para as PME, que destina 54% da sua capacidade à África Ocidental (124 milhões de USD) é um bom exemplo da viabilidade financeira do crédito. O Burkina Faso tem um serviço eficaz que agrega o capital privado e as contribuições dos doadores. Os empréstimos baseados em ativos, como o *leasing* e o *factoring*, podem impulsionar os fluxos de caixa das empresas, permitindo simultaneamente que as empresas se libertem dos requisitos rígidos dos empréstimos convencionais.

A economia da região pode melhorar através da modificação da estrutura das exportações e da abordagem comercial. O comércio regional está, de facto, acima da média africana, mas continua a ser impactado pela magnitude dos fluxos informais (Mitaritonna et al., 2017). Além disso, os efeitos da abertura comercial no crescimento não são significativos na zona da CEDEAO. Estes foram negativos no caso na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e positivos no caso Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO, ou WAMZ, na sigla inglesa), devido à estrutura das exportações (dominada pelas matérias-primas) e das importações (dominada pelos consumíveis). Outra explicação está no facto de o comércio regional ser escasso, cerca de 10.5% de todo o comércio externo, com as exportações dentro da região a não ultrapassarem 13.6% do total.

A modernização das economias locais implica a melhoria dos dados sobre emprego e comércio. Atualmente, as estatísticas disponíveis vem de bases de dados administrativas, geralmente incompletas ou pouco fiáveis. Como tal, tendem a subestimar o peso do setor informal e do setor agrícola. As estatísticas sobre o rendimento rural continuam a ser escassas. Os inquéritos às famílias do Banco Mundial e o seu Estudo de Medição da Qualidade de Vida (*Living Standards Measurement Survey -LSMS*), bem como a base de dados RIGA da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), abrangem um número restrito de países. Os Estados poderiam aproveitar a experiência e ajuda financeira das organizações internacionais para realizarem censos. Além disso, a concessão de apoio técnico e administrativo a organizações de investigação e de sondagens ajudaria a completar os dados nacionais.

Reforçar as medidas que visam melhorar a capacidade institucional, o quadro regulamentar das empresas e o sistema tributário

A melhoria da capacidade institucional, do ambiente de negócios e dos sistemas fiscais permitirá uma consolidação das reformas anteriores para aumentar os recursos estatais e alargar a economia formal. Os Estados devem continuar a apostar na criação de um ambiente favorável aos negócios, ao investimento e à acumulação de capital, para assim apoiar um crescimento sustentável. A luta contra a corrupção, a fraude, a evasão fiscal e o desvio de fundos públicos é uma tarefa importante, que exige o reforço da capacidade institucional, da complementaridade e da coordenação. Os fluxos financeiros ilícitos, por exemplo, fomentam a insegurança, a violência e o conflito na África Ocidental, uma região que representa 3.6% das receitas globais das atividades criminosas (OCDE, 2018a:

70). A CEDEAO, os Estados e as organizações internacionais devem realizar intervenções multilaterais transfronteiriças, para reduzir as oportunidades de desenvolvimento de economias ilícitas (OECD, 2018a). Por fim, a mobilização de receitas fiscais internas torna-se mais fácil à medida que as pessoas sentem o benefício de pagar impostos, o que se dá quando há bons serviços públicos (OCDE/ATAF/CUA, 2017).

É necessário aprovar isenções temporárias de impostos e medidas complementares que incentivem a criação de empresas no setor formal. As formalidades administrativas e o sistema tributário devem ser simplificados. Isto pode incluir, nomeadamente, a adoção de um imposto único, o compromisso de não-retroatividade dos impostos e a criação de balcões únicos para simplificar os procedimentos administrativos. A aplicação temporária de períodos de carência ou de reembolsos fiscais pode incentivar a regularização da situação dos atores económicos. Uma boa política fiscal pode contribuir para a redução das desigualdades se tiver efeitos positivos no bem estar das famílias. Além disso, devem ser tomadas medidas completares de incentivo à regularização, tais como o desenvolvimento de sistemas de proteção social ou de formação para melhoria das competências dos trabalhadores, ou ainda a concessão de apoio financeiro às PME.

O investimento local deve reduzir as distorções fiscais entre as grandes organizações internacionais e as pequenas empresas locais. As isenções fiscais concedidas a organizações multinacionais nem sempre promovem o emprego e representam uma perda de receita para o erário público. Os Estados da África Ocidental poderiam considerar a aplicação de uma política fiscal coordenada para as empresas estrangeiras. Da mesma forma, a complexidade dos procedimentos fiscais e a carga tributária fazem com que os trabalhadores não declarem as suas receitas. Uma dupla abordagem de simplificação e de alívio da carga fiscal poderia aumentar a proporção de empresas criadas na economia formal.

O setor informal não deve ser objeto de reformas abruptas, uma vez que tem a dupla função de absorver os choques sociais e de ser uma reserva de emprego na África Ocidental. Por um lado, permite a criação de postos de trabalho para os que entram no mercado de trabalho e, por outro lado, propicia alguma estabilidade laboral e rendimento financeiro para aqueles que são vulneráveis no mercado de trabalho formal, em especial as mulheres e os jovens.

O reforço do sistema de segurança social e a incorporação do setor informal pode romper o círculo vicioso de desigualdade e precariedade no emprego. Com efeito, o combate ao trabalho precário e às inerentes dificuldades de acesso a recursos produtivos e a serviços sociais básicos exige mecanismos de proteção social (Capítulo 8), que promovam o emprego digno e aumentem a produtividade. Em termos gerais, o atual pacto de estabilidade da zona económica UEMOA (com negociações em curso para o seu alargamento à CEDEAO) deve ser acompanhado por um pacto de estabilidade social na África Ocidental. Os programas sociais deveriam centrar-se nos mais vulneráveis. No Níger, o programa de conexões sociais criado em 2002, que subsidia a conexão das famílias pobres a redes de água nas zonas urbanas carenciadas, mostrou a sua eficácia: em apenas um ano e meio, a taxa de acesso cumpriu o objetivo definido no plano quinquenal.

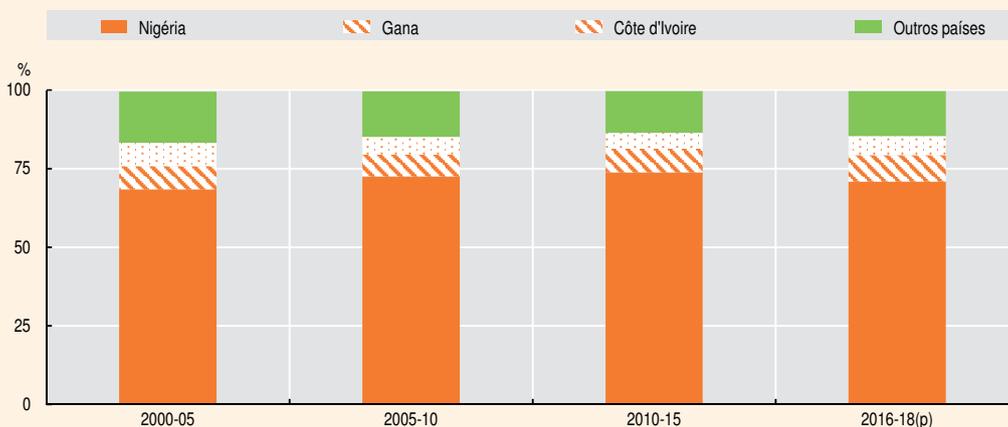
Os Estados podem incentivar as empresas a adotar práticas financeiras formais através do apoio aos serviços bancários móveis. Em 2016, a CEDEAO aprovou uma estratégia de desenvolvimento dos serviços bancários móveis, para reforçar a inclusão financeira e atingir 75% da população até 2021. Este instrumento pode trazer uma certa segurança material aos comerciantes do setor informal. Se as autoridades públicas colaborarem com as empresas de telecomunicações, deve ser possível introduzir uma espécie de imposto ou contribuição para a segurança social em cada transação. Um sistema deste tipo poderia ser tanto uma fonte de receita pública, como um sistema de rastreamento mais eficaz, em vez de uma autodeclaração.

Anexo 7.A1. Zonas económicas na África Ocidental

Caixa 7.A1.1. As áreas económicas da CEDEAO

A CEDEAO é composta por duas zonas económicas, para além do arquipélago de Cabo Verde. Em 1994, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) substituiu a UMOA, fundada em 1962. Essa engloba oito países (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo) ligados pela utilização de uma moeda comum, o franco CFA (XOF). Em 2009, foi adotado um pacto de convergência, estabilidade, crescimento e solidariedade, que restringiu a taxa de inflação anual a 3%. No ano 2000, mais seis países (Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Nigéria e Serra Leoa) juntaram-se numa nova entidade, denominada Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO, ou WAMZ, na sigla inglesa). Entre 2015 e 2017, estes países representaram aproximadamente 83% da CEDEAO. A criação de uma zona de moeda única estava prevista para 2015, mas a introdução desta moeda foi adiada para 2020. Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1976 e a Mauritânia retirou-se em dezembro de 2000. Em junho de 2017, Marrocos manifestou a intenção de aderir à organização, o que, a concretizar-se, terá um impacto em todos os indicadores da região. Os impulsionadores da região são atualmente a Nigéria, Gana (7.5% do PIB regional total) e a Côte d'Ivoire (6%, Figura 7.A1.1).

Figura 7.A1.1. Peso dos países no PIB da África Ocidental, 2000-18



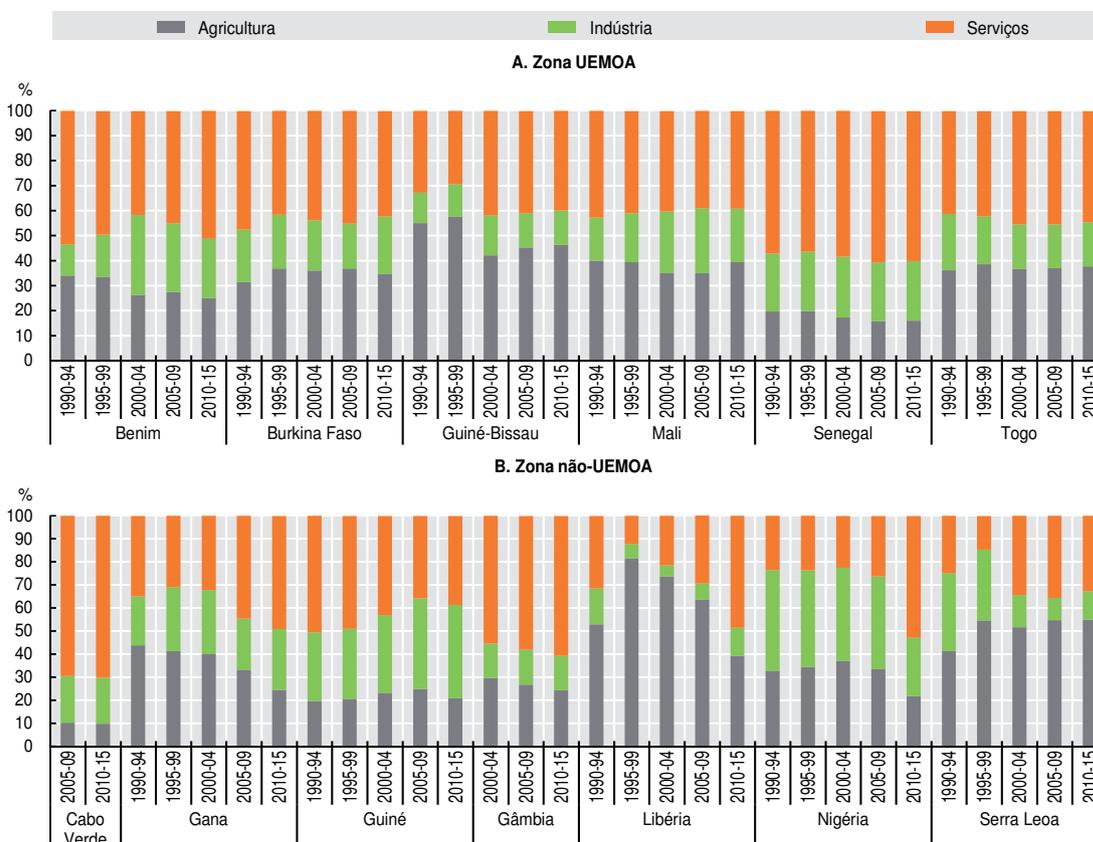
Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em FMI (2018) *World Development Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933784197>

Anexo 7.A2. Dinâmicas e determinantes do crescimento

Figura 7.A2.1. Análise setorial do crescimento na CEDEAO, 1990-2015



Anexo 7.A3. Dinâmicas e determinantes da desigualdade

Figura 7.A3.1. Distribuição dos rendimentos na África Ocidental

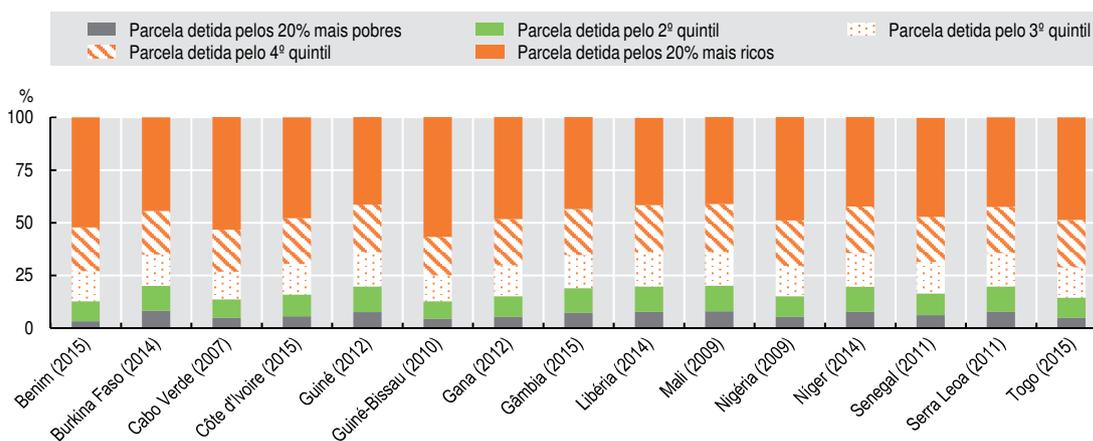


Tabela 7.A3.1. Desigualdade de oportunidades na África Ocidental
(médias 2008-17)

	Benim	Burkina Faso	Cabo Verde	Côte d'Ivoire	Gâmbia	Gana	Guiné	Guiné-Bissau	Mali	Libéria	Niger	Nigéria	Senegal	Serra Leoa	Togo
Indicadores de Educação															
Taxa de conclusão do ensino primário, total (% , grupo etário relevante)	73.5	54.3	89.7	56.3	71.2	91.8	59.5	64.3	54	61.6	48.3	72.4	58.7	63	74.4
Taxa de conclusão do ensino primário, raparigas (% , grupo etário relevante)	66.1	53.5	89.6	49.7	73	91.6	51.7	56.8	48.7	56.4	41.9	67.1	61	61.5	66.3
Taxa de matrículas no ensino secundário (líquida, %)	37.7	18.6	69.1	27.5		48.4	25		26.1	14.8	9.9			30.5	
Taxa de matrículas no ensino secundário, raparigas (líquida, %)	11.7	8.8	63			33.3	13.2	6			5.4		15.7		15.3
Indicadores de Saúde															
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados vivos)	68.4	61.5	20.9	74.1	46.4	47	65.9	67.3	75.6	60.4	58.5	76.2	39.7	98.4	56.2
Esperança de vida à nascença, total (anos)	59.8	58.2	72.2	51.5	60.1	61.5	57.8	55.8	56.1	60.5	58	51.7	65.2	49.5	58.5
Indicadores de padrões de vida (percentagem da população)															
Acesso à eletricidade	36.1	16.4	83.5	59.7	42.8	69.5	27.9	11.4	28.8	8.3	14.2	53.7	57.3	14.8	39.4
Acesso a serviços básicos – água (zonas rurais)	57.4	42.6	72.1	54.8	67.3	62.6	52.4	50.8	57.4	57.2	34.2	48.7	58.3	41.3	41.3
Acesso a serviços básicos – água (zonas urbanas)	76.4	77.8	91.7	89.5	87.2	86.2	86	82.3	87.4	79.6	88.5	80.1	90.5	72.5	86.9
Acesso a saneamento básico	13	19.4	61	28.1	44.5	13.6	19.2	18.9	28.5	11.2	16	33.4	46	13.5	13.2
Indicadores Tecnológicos (por 100 pessoas)															
Acesso a linhas fixas de telefone	1.5	0.8	13.3	1.3	2.9	1	0.1	0.1	0.8	0.2	0.5	0.4	2.3	0.3	1.2
Acesso a telefones móveis	77.1	54.4	87.6	86.2	100.1	94.4	56.1	53.9	85.1	53.3	30.9	65.6	78.7	46.5	49.9

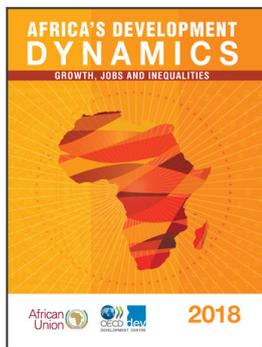
Fonte: Compilado pelos autores, com base em Banco Mundial (2017) *World Development Indicators* (base de dados).

Bibliografia

- Allen, T. e P. Heinrigs (2016), “Emerging opportunities in the West African Food Economy”, *West African Papers*, N° 1, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/development/west-african-papers_24142026.
- Allen, T., P. Heinrigs e I. Heo (2018), “Agriculture, food and jobs in West Africa”, *West African Papers*, N° 14, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agriculture-food-and-jobs-in-west-africa_dc152bc0-en.
- ANSD (2015), *Rapport global du recensement général des entreprises*, Agência Nacional de Estatística e Demografia (Agence nationale de statistique et de la démographie), Ministério da economia, Finanças e Planeamento do Senegal, Dacar, http://www.ansd.sn/index.php?option=com_rapports&view#.
- BAD (2011), *The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa – Market Brief*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, <https://www.afdb.org/fr/documents/document/market-brief-the-middle-of-the-pyramid-dynamics-of-the-middle-class-in-africa-23582/>.
- BAD/OCDE (2008), *African Economic Outlook 2008*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/aeo-2008-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2012), *Perspectivas Económicas em África 2012: Promoção do Emprego Jovem*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264177673-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *Perspetivas Económicas em África 2016: Cidades sustentáveis e transformação estrutural*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264248649-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *Perspetivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e industrialização*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264278707-pt>.
- Banco Mundial (2014), *The Economic Impact of the 2014 Ebola Epidemic: Short and Medium Term Estimates for West Africa*, Washington D.C., Banco Mundial, <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0438-0>.
- Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados dos indicadores de desenvolvimento no mundo), <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators> (consultado em janeiro de 2018).
- Bouchama, N. et al. (2018), “Gender inequality in West African social institutions”, *West African Papers*, N° 13, Publicações OCDE, Paris, https://www.oecd-ilibrary.org/development/gender-inequality-in-west-african-social-institutions_fe5ea0ca-en.
- CEDEAO (2016), *ECOWAS Convergence Report 2016*, Comissão CEDEAO, Abuja, http://www.ecowas.int/wp-content/uploads/2017/11/2016-Convergence-report_Clean-final-final.pdf.
- CNUCED (2015), *Economic development in Africa Report 2015: Unlocking the potential of Africa’s services trade for growth and development*, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/aldcafrica2015_en.pdf.
- Corrigan, T. (2016), “Space, soil and status: Insights from the APRM into the governance of land in Africa”, SAIIA Occasional Paper N° 229, South African Institute of International Affairs, Joanesburgo, www.saiia.org.za/occasional-papers/1032-space-soil-and-status-insights-from-the-aprm-into-the-governance-of-land-in-africa.
- Derry, I. (2016), “Access to and Control Over Land as gendered: Contextualising Women’s Access and Ownership Rights of Land in Rural Ghana”, *Africanus Journal of Development Studies*, 45 (2) pp. 28-48.
- Doumbia, S. (2011), “Surliquidité bancaire et sous-financement de l’économie”, *Revue Tiers Monde*, (1), pp. 151-170.
- FMI (2016), “Sub Saharan African Migration: Patterns and Spillovers”, *Spillover Notes*, Número 9, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., <http://www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/Spillover-Notes>.
- FMI (2017a), *Update - World Economic Outlook: Seeking Sustainable Growth*, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2016/12/27/A-Shifting-Global-Economic-Landscape>.
- FMI (2017b), *Sub-Saharan Africa: Regional Economic Outlook: Fiscal Adjustment and Economic Diversification*, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/10/19/sreo1017>.
- FMI (2017c), *Sub-Saharan Africa: Regional Economic Outlook: Restarting the Growth Engine*, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2017/05/03/sreo0517>.

- FMI (2018), *World Economic Outlook*, base de dados atualizada em abril de 2018, Fundo Monetário Internacional, Washington D.C., <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx> (consultado em maio de 2018).
- Kouakou, C. e A. Koba (2015), “Youth employment in Côte d’Ivoire: A diagnostic study”, relatório de pesquisa do International Development Research Centre (IDRC), Otava, <https://www.africaportal.org/publications/lemplois-des-jeunes-en-cote-divoire-une-etude-diagnostique-youth-employment-in-ivory-coast-a-diagnostic-study/>.
- KPMG/EDC (2014), *Strengthening Access to Finance for Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) in Nigeria*, KPMG e Enterprise Development Center, <http://edc.edu.ng/wp-content/uploads/2017/02/MSME-Banking-Study-2014.pdf>.
- Ministério da Economia e Finanças do Senegal (2011), *Rapport National de la Compétitivité du Sénégal*, Ministério da Economia e Finanças do Senegal, Dacar, <http://www.cepod.gouv.sn/?q=node/65>.
- Mitaritonna, C., S. Bensassi, e J. Jarreau (2017), “Regional Integration and Informal Trade in Africa: Evidence from Benin’s Borders”, *CEPII Working Paper*, N° 2017-21 – dezembro de 2017, <http://www.cepii.fr/CEPII/en/publications/wp/abstract.asp?NoDoc=10990>.
- Nordman, C. e L. Pasquier-Doumer (2015), “Transitions in a West African labour market: The role of family networks”, *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, vol. 54, pp. 74-85, <https://doi.org/10.1016/j.socec.2014.11.008>.
- OCDE (2013), *Settlement, Market and Food Security, West African Studies*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264187443-en>.
- OCDE (2016), *Examen multidimensionnel de la Côte d’Ivoire: Volume 2. Analyse approfondie et recommandations*, *OECD Development Pathways*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264251670-fr>.
- OCDE (2017a), *Unlocking the Potential of Youth Entrepreneurship in Developing Countries: From subsistence to performance*, *Estudos do Centro de Desenvolvimento*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264277830-en>.
- OCDE (2017b), *Suivi de la mise en œuvre des réformes vers l’émergence de la Côte d’Ivoire – Rapport d’avancement n°2*, *OECD Development Pathways*, Publicações OCDE, Paris, <http://www.oecd.org/development/mdcr/countries/cotedivoire/>.
- OCDE (2018a), *Illicit Financial Flows: The Economy of Illicit Trade in West Africa*, Publicações OCDE, Paris, <https://doi.org/10.1787/9789264268418-en>.
- OCDE (2018b), *Étude Pays SIGI Burkina Faso*, OCDE, Paris, <https://www.genderindex.org/burkina-faso-country-study/>.
- OCDE/ATAF/CUA (2017), *Revenue Statistics in Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264280854-en-fr>.
- OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics (base de dados)*, Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OIT (2012), *Croissance, emploi et politiques pour l’emploi au Mali*, Departamento de Política de Emprego, Organização Internacional do Trabalho, Genebra, http://www.ilo.org/emppolicy/pubs/WCMS_244833/lang-fr/index.htm.
- OPHI (2017), *Global Multidimensional Poverty Index Winter 2017/2018 (base de dados)*, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford, <http://ophi.org.uk/multidimensional-poverty-index/global-mpi-2017/>.
- Oyeleran-Oyeyinka, O. (2014), “Industrialization pathways to human development: Industrial clusters, institutions and multidimensional poverty in Nigeria”, relatório apresentado na *First Annual Bank Conference on Africa: Harnessing Africa’s Growth for Faster Poverty Reduction*, Paris School of Economics e Banco Mundial, 23-24 de junho de 2014.
- PNUD (2013), “Cadre institutionnel et réglementaire du marché du travail” in *National Human Development Report 2013: Jobs, structural change and human development in Côte d’Ivoire*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, http://www.ci.undp.org/content/cote-divoire/fr/home/library/poverty/rndh_2013.html.
- PNUD (2017a), *Human Development Report 2016: Human Development for Everyone*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, <http://hdr.undp.org/en>.
- PNUD (2017b), *Income Inequality Trends in Sub-Saharan Africa: Divergence, determinants and consequences*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, <http://www.africa.undp.org/content/rba/fr/home/library/reports/income-inequality-trends-in-sub-saharan-africa--divergence--dete.html>.
- Staatz, J. e F. Hollinger (2016), “West African Food Systems and Changing Consumer Demands”, *West African Papers*, N° 4, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/b165522b-en>.

- UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, <https://esa.un.org/unpd/wpp/>.
- UNDESA (2018), *World Population Prospects: The 2018 Revision*, Departamento das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque, <https://esa.un.org/unpd/wpp/>.
- UNECA (2015), *Socioeconomic Profile of West Africa in 2015 and Prospects for 2016*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Niamey, https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/reg_econprofile_2015_ice18_fre_def_def_23_11_2015.pdf.
- Wade I. e A. Niang (2014), “L’engagement de Maputo: le mot d’ordre a-t-il été respecté ?”, *Passerelles*, Volume 15, n° 3, International Centre for Trade and Sustainable Development, Genebra, <https://www.ictsd.org/bridges-news/passerelles/issue-archive/la-s%C3%A9curit%C3%A9-alimentaire-et-le-commerce-en-afrique>.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), “Dinâmicas de crescimento, emprego e desigualdade na África Ocidental”, in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/ African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-18-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.